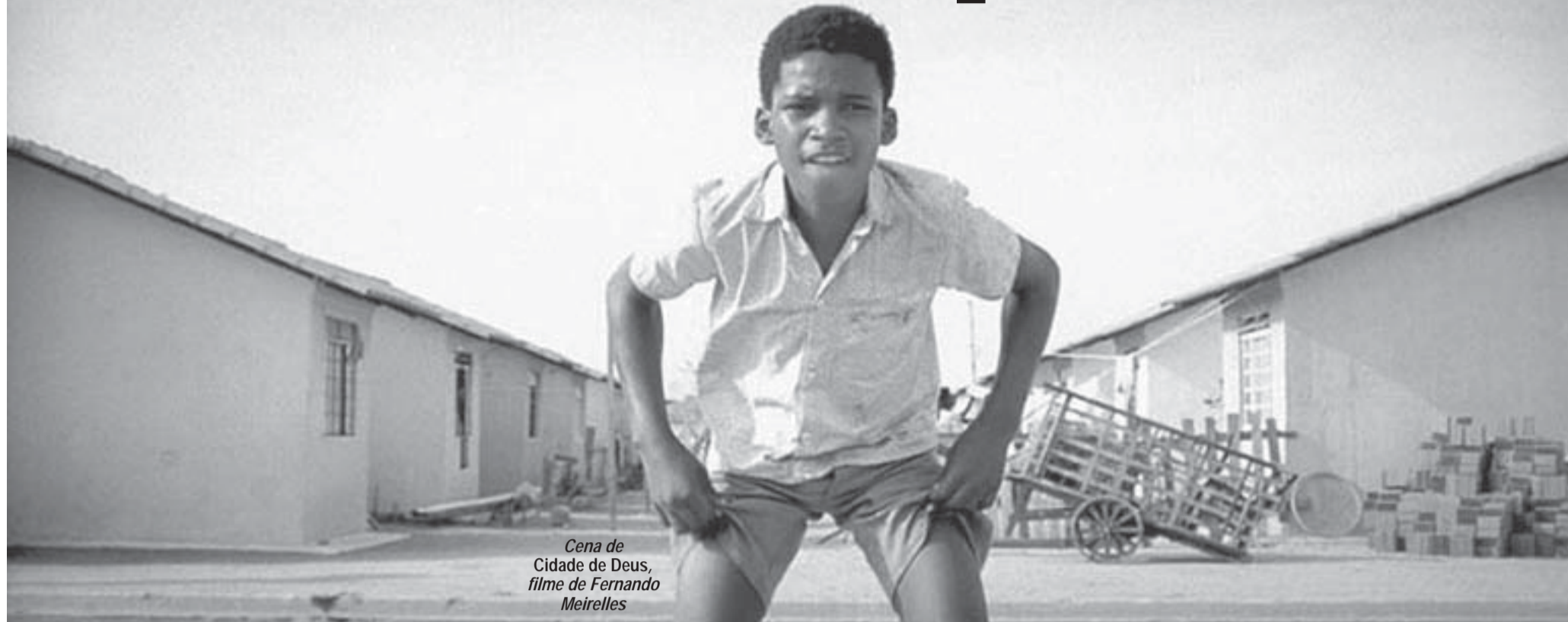


# Luz e sombra no Brasil que sai das telas



Cena de  
Cidade de Deus,  
filme de Fernando  
Meirelles

Jornal da Unicamp – *O advento da Lei do Audiovisual (1993), com seus mecanismos de renúncia fiscal, é considerado um marco do Cinema da Retomada. Em que medida houve ingerência/influência do mercado – e, conseqüentemente, dos departamentos de marketing – em produções dessa nova fase do cinema?*

Fernando Passos – Na minha experiência, o que vi foi uma preocupação com o tema por parte do pessoal de marketing das empresas no sentido de garantir que o roteiro não iria prejudicar a imagem da empresa, mas não de influenciar argumentos ou roteiros. As agências de captação de recursos lutavam e lutam para demonstrar a visibilidade a ser alcançada pela empresa e essa visibilidade sempre foi a tônica, o argumento para se conseguir a captação de recursos. Não tive notícias de pessoal de marketing sugerindo temas a serem filmados ou forçando merchandising além do que é normal em uma produção. Se você tem automóveis na ação e a empresa automobilística está colocando dinheiro na produção, o fato de a direção de arte escolher o veículo de sua marca faz parte das negociações para se obter recursos.

Fernão Pessoa Ramos – A Lei do Audiovisual é um marco. Efetivamente, ela inaugura uma nova forma de produção no cinema brasileiro. O cinema é uma arte muito cara. Essa questão da produção, portanto, passa a ser central, mais do que para outras artes. Os valores são muito altos. Um longa-metragem hoje custa, no mínimo, US\$ 500 mil. Uma produção média está entre R\$ 2 milhões e 3 milhões. Trata-se de uma escala muito particular. Conseguir o equacionamento da produção é fundamental. E a Lei do Audiovisual inaugura uma nova forma de se produzir cinema no Brasil por meio da renúncia fiscal.

Por outro lado, houve sim ingerência dos departamentos de marketing. Este é um dos problemas da Lei do Audiovisual. Ela teve o mérito de equacionar o problema da produção, mas tem defeitos que estão demorando para serem reparados. Um dos problemas centrais é que se trata de dinheiro público, renúncia fiscal, aplicado por empresas. São as empresas – estatais na maioria dos casos – ou privadas, que acabam decidindo sobre a aplicação do dinheiro.

Como o cinema envolve muitos recursos, o diretor, na sua expressão autoral, em qualquer país do mundo, precisa fazer algumas concessões. Mas, na medida que este é dinheiro público, pelo menos uma parcela dele deveria ser gerido pelo Estado. Já foi proposto um fundo a ser gerenciado por um órgão do Estado que disciplinasse a aplicação desses recursos, mas a medida não saiu do

ALVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

Ninguém sabe ao certo o número de filmes. Alguns falam em algo entre 300 e 400 produções. Tampouco há uma vertente estética que confira à ressurreição do cinema brasileiro um caráter de movimento. A única certeza é a de que a Lei do Audiovisual, promulgada em 1993, tirou a produção cinematográfica do atoleiro em que se encontrava nos anos imediatamente anteriores em razão da omissão e de desastrosas intervenções do poder público.

Em 1994, o filme *Carlota Joaquina*, dirigido por Carla Camaruti, dá início ao que se convencionou chamar de Cinema da Retomada. O ano seguinte, porém, pode ser considerado um marco por trazer à tona uma produção regular, coisa na época inimaginável até para os mais otimistas. Há divergências sobre a ordem cronológica da Retomada. Para alguns, *Cidade de Deus* (2002) decretou seu fim; para outros, a vitalidade da indústria cinematográfica brasileira é um sintoma de que ela está longe de esgotar-se.

O fato é que, nestes últimos dez anos, os realizadores brasileiros foram responsáveis por uma produção rica e diversificada. Para fazer um balanço crítico deste período, o *Jornal da Unicamp* convidou três professores do Departamento de Cinema (Decine) do Instituto de Artes (IA): Fernão Pessoa Ramos, Fernando Passos e Nuno Cesar de Abreu, os dois últimos também cineastas. O diagnóstico: o cinema nacional não só está muito vivo, como também retrata as contradições do país.

papel. Especificamente quanto à ingerência de departamento de marketing: não há interferência quanto ao produto em si – como fazia o produtor representando o estúdio no cinema clássico norte-americano. Mas na medida em que os responsáveis pelos recursos não são da área, fica uma coisa meio viciada em termos de se conceder ou não o dinheiro. Tanto faz, para o gerente de marketing ou para o dono da empresa, dar o dinheiro para o diretor ou para o governo. Não há risco na operação. Não há a preocupação que o recurso retorne para quem investiu. A partir do momento em que o diretor ou o diretor de produção do filme conquista a simpatia do gerente de marketing ou do diretor da empresa, o dinheiro é liberado. Eles não estão muito preocupados com a forma, estilo ou conteúdo do filme, ou o retorno financeiro. Predomina aquela velha estrutura de apadrinhamento da sociedade brasileira, já descrito por nossa melhor literatura e sociologia.

Nuno Cesar de Abreu – Acho melhor qualificar como influência, na medida em que uma série de fatores contribuíram para formatar, digamos assim, os projetos no chamado Cinema da Retomada. O cinema brasileiro depois da seca pós-Collor passou por uma renovação de conceitos estéticos, econômicos e de procedimentos tecnológicos. O processo de globalização atinge o cinema em sua base e no Brasil, onde a questão da identidade nacional sempre foi tema de fundo, coloca questões que a produção nacional vai procurar responder.

Deste modo, os próprios projetos tendem a se adaptar aos novos me-

canismos de captação de recursos, não necessariamente para cortar investidores, mas para enfatizar a qualidade do acabamento de forma geral – da dramaturgia, do elenco, da finalização, muitas vezes realizada no exterior etc. Enfim, chegar a uma formatação internacional que o cinema brasileiro pretende atingir. Cabe lembrar que os maiores investidores da Lei do Audiovisual ainda são as empresas estatais.

JU – *Por outro lado, mesmo com a extinção da Embrafilme (1990), muitos realizadores captaram recursos em estatais. O senhor poderia fazer uma análise do papel do Estado no cinema nacional?*

Fernando Passos – Em muitos países, França por exemplo, o Estado apoia direta ou indiretamente a produção nacional de cinema, com investimentos de risco e mesmo a fundo perdido. Isso porque o cinema é uma arte que faz parte da construção da identidade de uma nação, para sua própria população e para o mundo todo. Com a globalização, isso torna-se ainda mais crucial. Os filmes do Abbas Kiarostami nos diz de um Irã, nos traz a imagem de um Irã, bem distante das imagens veiculadas pela política externa dos EUA. Acho que é dever do Estado apoiar não só o cinema mas todas as expressões artísticas, teatro, dança etc. Querem inserir a arte na chamada “cadeia produtiva” é não dar voz aos artistas mas aos marchandes e marqueteiros.

Fernão Pessoa Ramos – Com exceção dos Estados Unidos, cinema só existe quando fortemente subsidiado pelo Estado. Trata-se de uma arte de muito risco, que pode ou não dar retorno. Isto é ponto passivo; o

Brasil não é exceção. Houve momentos em que o cinema brasileiro ficou ao Deus dará, como, por exemplo, no início do período sonoro, nos anos 30, época em que produções brasileiras praticamente deixaram de existir durante quase uma década. Nosso cinema é repleto de altos e baixos. A chanchada (Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50) e a pornochanchada (São Paulo, na Boca do Lixo, anos 70/80) são exceções. Foram as únicas produções mais amplas do cinema brasileiro que conseguiram subsistir sem o auxílio do Estado – aqui não vai nenhuma avaliação da qualidade estética; ambos, inclusive, foram muito criticados em sua época. Mas foi, sem dúvida, uma produção extensa que floresceu sem o apoio do Estado.

A Vera Cruz, no início dos anos 50, foi uma tentativa breve de cinema fora do Estado, que não deu certo. Com o apoio da alta burguesia paulista, tentou-se replicar um esquema de produção de estúdio, já decadente, que exigia um investimento muito alto. Esqueceram um detalhe: a distribuição. O único filme que fez sucesso, *O Cangaceiro*, ficou na mão da Columbia Pictures, que abocanhou todos os lucros. Quando tentaram aprofundar a via da comédia popular, aberta a primeiras produções de Mazzaropi, já era tarde demais.

Já a Embrafilme foi responsável pelo auge do cinema nacional em termos de produção. Trata-se de um período em que nosso cinema dominou a América Latina. Obteve, por exemplo, uma porcentagem de ocupação do nosso mercado interno que nunca mais seria alcançada. A distribuidora da Embrafilme realmente funcionava – entramos de maneira forte em todo o mercado latino-americano. De meados dos anos 70 até meados dos anos 80, auge da Embrafilme, houve um forte incremento em termos de captação de recursos, investimento e público. Isso em plena ditadura. Em termos de cinema produzido diretamente pelo Estado brasileiro, tivemos também o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), que produziu documentários de 1936 a 1966, cuja principal figura foi Humberto Mauro.

Depois que Fernando Collor fechou a Embrafilme de uma maneira selvagem, o cinema brasileiro parou. É importante lembrar que, mesmo capengando, a Embrafilme já era alvo de crítica por parte de todo mundo, e em particular pela classe cinematográfica, o que deu ensejo para que Collor a fechasse numa penada. Outro grande responsável pelo fechamento da Embrafilme foi Celso Furtado, ministro da Cultura de Sarney. Nas exegeses de sua carreira, feitas em sua recente morte, esse ponto passou em branco. No cargo de ministro, ele iniciou o processo de afundamento da Embrafilme, sepa-

ndo a distribuidora e criando a Fundação do Cinema Brasileiro.

No final do governo Itamar Franco e depois no governo Fernando Henrique, já de forma mais aprofundada, criou-se essa nova forma de produção que foi a Lei do Audiovisual, recolocando o Estado na produção, mesmo que de uma maneira viciada. Em meu ponto de vista, até hoje, ainda não se chegou a um bom termo. Não tem sentido o Estado eximir-se completamente da responsabilidade pela qualidade da produção que ele mesmo financia. É importante registrar que, quando se fala de empresa, na realidade, a maior parcela recursos da lei do Audiovisual vem de renúncia fiscal de empresas estatais: Banco do Brasil, Petrobrás, Embratel, na época do Sergio Motta, e agora BNDES.

A iniciativa privada teve uma dimensão restrita no financiamento do Cinema da Retomada. Em termos concretos, e generalizando excessivamente, o que a Lei do Audiovisual fez foi permitir que o Estado voltasse a aplicar recursos no cinema, só que de uma maneira selvagem e fragmentada. Não se tem mais uma política coordenada, centralizada, muito embora seja indispensável frisar que sem esses recursos não haveria o Cinema da Retomada. Esse é um ponto que não devemos esquecer.

Nuno Cesar de Abreu – É melhor não recuarmos muito no tempo. Vamos pensar a partir da criação da Embrafilme. Uma empresa do Estado como a Petrobrás, Eletrobrás etc., voltada para a produção e distribuição de filmes nacionais. No meu entender, a Embrafilme não precisava ser extinta, mas ter seu modelo sendo adaptado às novas questões colocadas pela dinâmica do setor e pela própria sociedade. Além da Embrafilme havia o Concine, que cumpriria grande parte das funções de uma agência regulatória. Esta estrutura poderia ir se modificando, conjugadas às leis de incentivo: criando fundos de investimento, formas híbridas de financiamento etc. Mas o que se têm hoje são leis de incentivo ancoradas em renúncia fiscal e uma discussão atormentada sobre a agência estatal que regulará o setor.

Uma coisa é certa, a presença do Estado como uma das interfaces, se não a principal, da produção cinematográfica é necessária. Como aliás ocorre em todos os países da Europa, da América Latina e mesmo nos EUA, onde existe o papel do Estado. Qual a dimensão deste papel é que o Brasil precisa definir.

Esse tema é desgastante. Certamente, uma nação que pretende ter expressão cultural não pode abrir mão de uma cultura audiovisual forte. Até porque o Brasil possui todos os predicados para isso.

Continua nas páginas 6 e 7